

Como governei o Amazonas: a ética do literato e historiador Arthur Cezar Reis diante do poder (1964-1967)

Alexandre Pacheco *

Resumo: Neste trabalho temos o intuito de analisarmos as relações entre o capital literário acumulado pelo historiador Arthur Cezar Reis e sua ascensão ao poder do Estado do Amazonas durante os anos de 1964 a 1967. Neste sentido, pretendemos demonstrar como sua obra intitulada *Como governei o Amazonas* (1967) contém a representação, a partir de um discurso apolítico, da postura tecnocrática adotada pelo historiador quando esteve à frente dos negócios de seu Estado. Postura que apesar de relacionar-se historicamente aos *habitus* de outros intelectuais que estiveram à frente do poder na época, revela-nos paralelamente a configuração da ética ao qual Arthur Cezar Reis se pautou para governar e que incorporou disposições advindas de sua visão histórica sobre os problemas da região Amazônica.

Palavras chave: Arthur Cezar Reis, Capital Literário, Poder.

Abstract: In this work we will examine the relationship between the capital accumulated by the literary historian Arthur Cezar Reis and his rise to power in the state of Amazonas during the years 1964 to 1967. Accordingly, we intend to demonstrate how his work *How I Governed the Amazon* (1967) contains a representation, from an apolitical discourse, of the technocratic attitude adopted by the historian when he was head of business relations in his state. A position that even though it is historically linked to the *habitus* of other intellectuals who were in power at the time, shows us the parallel configuration of ethics to which Arthur Cezar Reis was led to govern and that incorporated provisions stemming from their historical overview of the problems in the Amazon region.

Keywords: Arthur Cezar Reis, Literary Capital, Power.

Neste texto, pretendemos discutir a obra *Como Governei o Amazonas*¹ do intelectual e ex-governador do Estado do Amazonas, Arthur Cezar Reis, com o intuito de analisarmos as práticas e representações contidas nas descrições que realizou sobre seus feitos à frente da administração pública, de forma a percebermos quais as relações que estabeleceram com sua experiência de grande estudioso da história da região e como liderança política para imposição de um processo de modernização capitalista na Amazônia nos anos de 1960.²

* * Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Rondônia/UNIR.

¹ Obra publicada por Arthur Cezar Reis quando entregou o cargo de governador do Amazonas em 1967. Publicação em que o intelectual e político realizou o relato dos dois anos e meio em que esteve à frente do governo do Amazonas, no período de 27 de junho de 1964 a 31 de janeiro de 1967.

² Neste trabalho, pretendemos divulgar parte dos resultados da pesquisa que temos realizado através do projeto de pesquisa Arthur Cezar Reis: História, Literatura e Poder (década de 1960). Projeto aprovado junto à Universidade Federal de Rondônia/UNIR (Edital 001 da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa) e que se configura como desdobramento do projeto Arthur Cezar Reis, Leandro Tocantins e a modernização capitalista da Amazônia: História, Literatura e Poder (década de 1960). Projeto maior que conta com a participação de alunos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/PIBIC/CNPq/UNIR.

Para isso, defendemos a tese de que o capital intelectual na forma de um grande capital literário que acumulou durante os anos de 1950 e 1960, constituiu-se em Arthur Cezar Reis exemplo concreto das possibilidades que as representações literárias podem reverter aos intelectuais no tocante à aquisição do poder simbólico necessário tanto para a ascensão a cargos da administração pública, como também para o direcionamento das ações destes mesmos intelectuais uma vez que estão à frente destes cargos.

Vejamos.

A percepção de que a historiografia de Arthur Cezar Reis sobre a Amazônia acabou por se constituir em capital intelectual que foi mobilizado através do capital social que acumulou para sua ascensão ao poder não só nos anos de 1950, mas também durante os anos de 1960, apresentou-se para nós a partir de alguns artigos de jornais, entre eles, vejamos este artigo de *O povo* de Fortaleza em 1966:

A indicação do governador Arthur Reis pela Assembléia Legislativa foi o início de uma reviravolta. Intelectual de alto gabarito, estudioso incansável dos problemas da região, muito diferente dos caciques que manejavam seu tacape para desfrutar essa área imensa, Arthur Reis levou uma nova mentalidade ao governo amazonense. E começou dando provas de um patriotismo acendrado, quando contestou com extraordinária energia a tentativa de internacionalização da Amazônia, provando que esta pode desenvolver-se sem precisar ser partilhada.

Encetou em seguida o combate ao contrabando e à sonegação de impostos, conseguindo pela primeira obter um saldo de dois bilhões nas finanças estaduais, a despeito de ter executado um programa de erradicação de favelas em Manaus e de haver concluído a primeira rodovia do Estado e reorganizada inteiramente a biblioteca pública.

O Sr. Arthur Cezar Reis vai deixar o Govêrno do Amazonas, mas é indiscutível que relega um exemplo que se fôr seguido pelos seus sucessores abrira para o grande Estado do extremo norte os caminhos para o seu desenvolvimento. (1966)

Outro exemplo, representativo da importância que a função de sua escrita como historiador teve para a legitimação das posições e dos feitos do homem público, pôde ser verificado também em Barbosa Lima Sobrinho quando realizou a leitura da obra *A Amazônia e a Cobiça internacional*, nos anos de 1960:

O que vale dizer, no caso presente, que o Governador não exautora o Historiador e o Publicista, para demonstração de que estamos diante, não de um oportunista, mas de um brasileiro consciente de suas altas responsabilidades culturais. (SOBRINHO, 1965)

Assim, a partir de tais exemplos da recepção dos meios intelectuais e acadêmicos encontrados na imprensa a respeito da imagem entre escritor e homem político, como também de outros que pesquisamos e que por problemas de espaço não citaremos aqui, podemos

afirmar que a formação na área das humanidades permitiu a Arthur César Reis o acúmulo de um capital intelectual que foi capaz não só de ter sido reconhecido como fundamental para sua ascensão ao poder, mas também reconhecido como crucial para guiar seus trabalhos materiais sobre a realidade política, social e econômica, a partir dos cargos que ocupou na Amazônia e no Estado do Amazonas.

O próprio Arthur Reis reconheceu isto:

Quando, por isso, ao desembarcarmos no Rio de Janeiro, em junho de 1964, tomei conhecimento de que fôra eleito Governador do Amazonas por decisão da Assembléia Legislativa Estadual, compreendi imediatamente porque fôra preferido nos mais altos escalões do Comando Revolucionário. Ademais, à frente de órgãos e serviços da União, conquistara o respeito de meus superiores hierárquicos na administração federal, autorizando a escolha de que não participava da vida partidária e se realizava como professor universitário e servidor da União. (CÉZAR REIS, 1967: 11).

Mas como poderíamos perceber de forma mais contundente as representações da influência do capital literário de Arthur Reis nas descrições que realizou de suas ações à frente da administração pública na obra *Como Governei o Amazonas?*

Podemos começar a partir de uma análise comparativa entre a obra *A Amazônia e a Cobiça Internacional* de 1960 e *Como Governei o Amazonas*.

Em *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, portanto em uma obra que foi escrita em um período anterior ao seu governo (1960), pudemos percebermos as práticas de uma escrita que não só apreendeu as descrições da literatura dos viajantes sobre a Amazônia, como também se serviu das experiências contemporâneas do autor não só enquanto estudioso dos problemas do subdesenvolvimento da Amazônia, mas também de suas experiências como homem público que já havia estado à frente de órgãos federais como a Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA) e do Instituto de Pesquisa da Amazônia (INPA), nos anos de 1950.

Experiências que proporcionaram a possibilidade de um entendimento que a análise dos problemas econômicos e sociais do passado da Amazônia, desde o período colonial até a década de 1960, deveria ser iluminada pela sabedoria e ações do intelectual e do homem público no presente. Forma de análise do passado que, por sua vez, poderia retro-alimentar os passos que o estudioso homem público, Arthur Reis, deveria seguir para a tentativa de resolução dos graves problemas de atraso da região.

Neste sentido, vemos nesta posição teórico-metodológica do historiador sua fé na não subtração do presente para análise do passado, de forma que procurou seguir de perto a lição

de Marc Bloch, quando este afirmou que subtrair à História considerações sobre o presente seria “igualmente, esquecer que, desde que as ressonâncias sentimentais entram em jogo, o limite entre o actual e o inactual está longe de se regulamentar necessariamente sobre a medida matemática de um intervalo de tempo.” (BLOCH, 1997: p. 96)

Dessa forma, sem embargo, vemos em Arthur Cézár Reis uma efetiva crença na possibilidade prática da história enquanto disciplina que poderia ajudar a resolver no presente os graves problemas relativos ao atraso e subdesenvolvimento da Amazônia, de forma que novamente vemos nesta posição do historiador a valorização de outra fórmula de Marc Bloch, quando este afirmou que a ignorância sobre o passado “não se limita a negar a compreensão do presente; (...) compromete, no presente, a própria ação.” (BLOCH, 1997: p. 98) Sendo que foi justamente a partir deste olhar sobre as relações práticas entre o passado e o presente, que anos mais tarde o historiador procurou iluminar, descrever e legitimar suas ações à frente do governo do Estado do Amazonas em sua obra *Como Governei o Amazonas*.

Fato literário, por exemplo, que pudemos perceber em *A Amazônia e a Cobiça Internacional*, mais especificamente, no episódio em que retratou o estado de penúria em que se encontrou o Estado do Amazonas após a decadência do ciclo da borracha, na década de 1920, enquanto lição que os dirigentes da Amazônia deveriam prestar atenção quando de suas ações no presente.

Vejamos.

Após vários capítulos em *A Amazônia e a Cobiça Internacional* em que procurou retratar o problema da cobiça sobre a Amazônia durante o período colonial, império e inícios da Primeira República, Arthur Cézár Reis a partir do capítulo “Investimentos e Concessão de Terras”, passou a analisar certos problemas contemporâneos que estariam na base do subdesenvolvimento da região e em especial do Estado do Amazonas, obviamente após este passar a enfrentar a decadência do ciclo da Borracha. Aí, ao descrever a penúria do Estado em termos de suas finanças, economia, funcionalismo, etc, passou a demonstrar que não só aspectos físicos e geográficos seriam responsáveis pelo atraso da região, mas também sua situação política frente ao Brasil.

Neste capítulo sobre “investimentos estrangeiros e concessões de terras” no Estado do Amazonas, Arthur Cézár Reis chamou a atenção para as péssimas condições financeiras e econômicas em que se encontravam tanto o Estado do Amazonas, como a cidade de Manaus e que acabaram por propiciar situações favoráveis aos interesses estrangeiros. E neste sentido, assim se manifestou o autor sobre o episódio em que o governador Rego Monteiro tentou contrair, em 1922, empréstimos que tirariam o Estado do Amazonas da mais completa penúria

após o período de auge da borracha (situação tão séria para o Estado, que até os funcionários públicos deixaram de receber seus salários). Manifestação em que - como é peculiar ao autor - procurou contemporizar as posições do governador:

Alguns episódios ligados às facilidades por que se permitiu a entrada de interesses estranhos, podem, (...) trazer alguma luz, deixando entrever que aquelas facilidades ou ingenuidades talvez viessem a autorizar dissabores futuros se não tivesse havido a providência acauteladora no tempo próprio. Esses episódios foram: concessões de terra e uma tentativa de empréstimo com cláusulas perigosas, escondidos sob o disfarce de enganosos projetos de desenvolvimento econômico. (...) As condições financeiras e econômicas do Estado eram péssimas. As rendas públicas decresciam dia a dia. As exportações caíam velozmente. O funcionalismo não recebia os seus vencimentos. As contas do Estado, feitas na praça de Manaus, não eram pagas. Verdadeiro estado de calamidade pública. De Manaus, rumo ao sul do País, os navios saíam carregados de passageiros, que eram servidores oficiais ou comerciários que procuravam encontrar, em outras partes do País, os recursos para viver que estão faltando no Amazonas. Governava-o o desembargador Rego Monteiro, sobre cuja administração se faziam tremendas acusações. Sua eleição fora realizada em ambiente pesado. Seu empossamento, protegido por forças do Exército. Em face da situação, o governador Rego de Monteiro cogitou do concurso do capital alienígena. Visava retirar o Estado daquela condição aflitiva. (CÉZAR REIS, 1982: 125)

A descrição de episódios como estes representativos do estado de penúria do Amazonas, na obra do autor, não deixaram de representar uma denúncia, em plena década de 1960, de como a economia extrativista para a exportação - enquanto herança do colonialismo português na Amazônia - deveria ser superada através de uma intervenção do Estado.

Denúncia que também foi percebida pela crítica que sempre saudou a importância de *A Amazônia e a Cobiça Internacional* como obra de análise séria sobre o problema da falta de integração da região em relação ao restante do país:

*Nas livrarias, a terceira edição – aumentada – de um dos livros mais importantes aparecidos no Brasil, nos últimos anos: **A Amazônia e a Cobiça Internacional**, de Arthur Cezar Reis, professor universitário, historiador, sociólogo e ex-governador do Estado do Amazonas. Trata-se de obra em que a história e a sociologia política explicam os motivos pelos quais, ao longo de sua história, a Amazônia esteve sempre na alça de mira de potências e grupos estrangeiros. E a razão de seu sucesso - explica o autor – é que falou à consciência brasileira (...).³*

Fato que também pudemos constatar em *Como Governei o Amazonas* quando o intelectual, como governador, justificou suas ações a partir de um planejamento efetivo da intervenção do Estado do Amazonas, como forma de superar os problemas do

³ Crítica constante no artigo “A Amazônia e a Cobiça Internacional” escrito nos anos de 1960, sem autor, local e data de publicação. Disponível na Hemeroteca Arthur Reis. http://200.208.241.123/prg_012.jsp. Acessado em 23/05/2008.

subdesenvolvimento provindos do passado colonial, bem como os desmandos políticos e as precariedades econômicas e sociais que uma “camada irresponsável” de políticos não havia procurado resolver minimamente.

Governar sem uma programação seria continuar a incidir no tremendo erro do passado personalista e desarvorado. Com a colaboração de técnicos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e os que de pronto pude encontrar em Manaus, fiz elaborar um Plano Bienal – 1965-66, que cobrisse ângulos da administração e me permitisse promover um novo estado de consciência, de trabalho, de ação realizadora, inclusive na área do espírito. O Amazonas precisou ascender no conceito do País e tomar uma decisão para o progresso.

*O pêso da férula negativa envolvente do trópico, de que fazemos parte, não me parecia tão forte que nos submetêssemos a ela e não pudéssemos realizar para um destino que refletisse a nossa capacidade e o nosso êxito. Aquela fórmula política do colonialismo internacional não devia subjugar-nos, impedindo-nos de contestação material, expressa no sucesso que alcançássemos sobre a natureza física e sobre nossas deficiências como sociedade. Nossa presença permanente na terra, tão apregoada como hostil, valeria, já, como uma demonstração muito positiva de que a tese era generalidade apressada, senão falsa. O sentido de acampamento, que poderia levar a assim considerar a ocupação que promovíamos no espaço, não devia prevalecer. A economia predatória, que nos caracterizava e nos assegurava apenas a condição de exportadores de produtos primários, também devia ser desestimulada par a mudança necessária. Porque não admitir, portanto, a possibilidade de criar um Amazonas que se veria liberto, por sua própria decisão, por energia, pela reabilitação de seus recursos, daquela subalternidade vexatória, angustiante e de certo modo desprimorosa? O que decidi promover com esse objetivo e foi o que pretendi realizar no Governo, **teve suas raízes no exame a que procedi e na certeza a que cheguei** de que essa transformação, a exigir tempo, continuidade e o aproveitamento das novas gerações, levadas a viver uma consciência mais firme e mais civicamente despertada, poderia ser executada. (CÉZAR REIS, 1967: 14-15).*

Entretanto, Arthur Reis, apesar de denunciar nas obras que estamos analisando a responsabilidade das elites locais sobre a situação de atraso e de penúria da região em relação ao restante do país, sempre o fez de forma vaga através da elevação da Amazônia enquanto sujeito coletivo que conteria as ações destas mesmas elites.⁴

(...) O Amazonas precisou ascender no conceito do País e tomar uma decisão para o progresso.

(...) Porque não admitir, portanto, a possibilidade de criar um Amazonas que se veria liberto, por sua própria decisão, por energia, pela reabilitação de seus recursos, daquela subalternidade vexatória, angustiante e de certo modo desprimorosa? (CÉZAR REIS, 1967: 14-15).

⁴ Ao contrário, porém, Bárbara Weistein, anos mais tarde, em seu livro *A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850 – 1920* demonstrou como o processo de modernização capitalista na Amazônia ao ter se dado a partir de vários avanços e retrocessos que puderam ser verificados, sobretudo, a partir da inserção nacional e internacional dessa região com o desenvolvimento da economia da borracha a partir do século XIX, não teria se dado só devido a uma dependência dos investimentos estrangeiros e de mercados externos, mas também foram fatores responsáveis pela decadência econômica da região, outros fatores como a resistência das elites locais em promoverem a produção da borracha em “bases mais capitalistas”, ao mesmo tempo em que aceitaram a inação do Estado em intervir nesse processo de modernização, não devem ser menos considerados.

Ao acusar de forma vaga as responsabilidades que as elites possuíam em relação ao subdesenvolvimento local, através da elevação da Amazônia ou do Amazonas a sujeitos coletivos, Arthur Reis demonstrou não só sua descrença na luta de classes como motor da história, como também, ao mesmo tempo, demonstrou sua total crença na possibilidade de uma modernização capitalista a partir das bases de um Estado que não apenas concorreria para o desenvolvimento através de sua intervenção na economia, mas que também coordenaria as inversões dos capitais privados para que ocorresse essa mesma modernização. Posturas que acabaram por fomentar seu discurso apolítico e visão técnica peculiar sobre os negócios da administração pública que discutiremos mais a frente.

Mas como tais disposições intelectuais acerca de sua visão sobre a Amazônia incorporaram-se às suas práticas à frente dos trabalhos materiais⁵ que assumiu enquanto político a serviço do Estado do Amazonas em meados dos anos de 1960?

Artigo do *Correio Brasiliense* de 1983 enfocando uma outra reedição de *A Amazônia e a Cobiça Internacional* forneceu-nos alguns indícios sobre como tais disposições foram capazes de guiarem seus trabalhos à frente da SPVEA e governo do Estado do Amazonas:

Muitos são os chamados, poucos os escolhidos. Raros os escritores que conseguem escrever um clássico.

Arthur Cezar Ferreira Reis é um deles, com A Amazônia e a Cobiça Internacional. Os leitores o entenderam, recompensando-o com demanda de sucessivas reedições. De novo, vox populi, vox Dei.

O livro não apresenta tons euclidianos, mas termina acima das pretensões de Alberto Rangel e Gastão Cruis. Prefere ser factual, por isto crescendo tanto, com um realismo impressionante nada impressionista.

A Amazônia e a Cobiça Internacional representa a culminação de uma pirâmide, construída laboriosamente pelo autor em sucessivas obras anteriores, basicamente históricas, espirituais e não só econômicas. Daí a final compreensão global, no melhor sentido weberiano.

Com o resultado de Arthur Cezar Ferreira Reis emergir como o maior dos amazonistas, o patriarca dos estudos sociais amazônicos. Herdeiro e continuador da tradição de Humboldt e Alexandre Ferreira, projetando-a muito mais no social que as descrições apenas antropológicas dos ameríndios por tantos viajantes de início estrangeiros, depois professores universitários brasileiros.

E o saber de Mestre Arthur Cezar garantiu-lhe a iniciativa de grandes trabalhos materiais pela Amazônia, desde a Sudam ao Governo do Amazonas. Também rasos os scholars com esta felicidade. Tudo produto do talento e da coragem de quem ousa concluir, noutra edição de seu clássico, insistindo na denúncia: “A Geografia da Fome, de Josué de Castro, continua geografia atual, cada vez mais atual”. “O Pacto Amazônico, visando à solução justa, é um caminho certo, no que diz respeito ao aproveitamento do meio físico-humano. Que essa participação, todavia, seja conduzida por nós, de acordo com nossos desejos, sem afetar, o exercício de nossa soberania, sem perturbar nossas características étnicas e culturais. (1983)

⁵ Expressão utilizada por desconhecido jornalista em artigo intitulado A Hiléia redescoberta e publicado no *Correio Brasiliense* em 18 nov/1983. Expressão que nos ajuda a solucionar nossa tese sobre como sua obra espiritual teria lançado luzes às suas ações diante da materialidade das relações sociais que teve de enfrentar.

A partir desta constatação e através de uma leitura mais atenta da obra *Como Governei o Amazonas*, porém, procuramos aprofundar nossa percepção sobre como Arthur Cezar Reis realizou a mobilização efetiva do capital intelectual que acumulou para guiar sua prática política, como também sobre as subjetividades que essa prática acabou por produzir diante de seu contato com a realidade social de sua época.

Ao lermos o trabalho de iniciação científica de Everson Rodrigues de Castro, denominado *As disposições do intelectual e político Arthur Cezar Reis (década de 1960)*, realizado sob nossa orientação, percebemos, por exemplo, que a mobilização de seu capital intelectual incorporou-se em sua prática política a partir da representação de uma postura tecnocrática, bem como a partir de seu discurso apolítico, sobretudo quando Castro anotou em seu estudo a importância que a sua administração daria à iniciativa privada sem que isso significasse maiores interferências políticas. (RODRIGUES DE CASTRO, 2008: 24)

Vejam as palavras de Everson de Castro:

Em notícia publicada em 19 de junho de 1964, intitulada “O governador do Amazonas diz que vai administrar sem interferência política” pelo jornal O Globo do Rio de Janeiro, notamos declarações do governador Cezar Reis no qual o mesmo diz que irá fomentar o desenvolvimento econômico e social do “povo amazonense” a partir da iniciativa privada, porém, sem aquilo que Reis chama de “interferências políticas”. (RODRIGUES DE CASTRO, 2008: 24)

Everson de Castro destacou - a partir deste discurso e desta postura - que o fomento à iniciativa privada deveria vir a partir de um planejamento por parte do Estado, nos fazendo perceber como incorporaram as posições do intelectual, mas também seu posicionamento de classe. (RODRIGUES DE CASTRO, 2008: 24 - 25).

Mas como essa representação da incorporação das disposições advindas de seu capital literário e sua posição de classe⁶ a partir de seu discurso apolítico e sua postura tecnocrática, como mostrada por Rodrigues de Castro, confirma-se a partir do próprio Arthur Reis ao lermos a obra *Como Governei o Amazonas*:

Quando, por isso, ao desembarcarmos no Rio de Janeiro, em junho de 1964, tomei conhecimento de que fôra eleito Governador do Amazonas por decisão da Assembléia Legislativa Estadual, compreendi imediatamente porque fôra preferido nos mais altos escalões do Comando Revolucionário. Ademais, à frente de órgãos e serviços da União, conquistara o respeito de meus superiores hierárquicos na administração federal, autorizando a escolha de que não

⁶ Segundo Everson de Castro, baseado em Robério Braga, Arthur Reis herdou as disposições do pai enquanto homem público que foi proprietário do *Jornal do Comércio desde 1906*, bem como político em Manaus. A posição privilegiada da mãe, filha de ricos proprietários de casas aviadoras, lhe reverteu não só condições para frequentar boas escolas, mas também disposições para as atividades acadêmicas.

participava da vida partidária e se realizava como professor universitário e servidor da União.

As limitações do meio social eram grandes e ainda são grandes. Vencê-las exige tempo e uma coragem imensa de quem se decidir a enfrentá-los para estabelecer um novo estado de consciência cívica e cultural. Essas limitações são, a certos aspectos, é fácil de compreender, uma resultante do subdesenvolvimento que alcançava todos os setores e podia ser compreendido também como uma decorrência de condições negativas existentes e avivadas pela imaturidade econômica. A sociedade tradicional, resistente a mudanças, essa funcionava plenamente. E como ocorre em toda parte em que ela tem vida, oferecia oposição violenta a tudo quanto pudesse significar transformação e abandono da rotina. Essa realidade que encontramos em particular nos mundos até bem pouco dominados pelo Colonialismo Europeu. Não diferia da que encontrei no Amazonas. Era preciso, no entanto, enfrentar essas resistências, essas limitações e essas incompreensões. Foi o que procurei fazer, ajudado por uma equipe que apresentou comportamento exemplar, eficiência, dedicação, amor à causa pública e um sentimento de dever verdadeiramente admirável. Orgulho-me do que ela me proporcionou para que fosse possível cumprir o que desejávamos realizar. (CÉZAR REIS, 1967: 13 - 17).

Assim, de um lado, temos uma postura apolítica, de outro, um discurso modernizador e ações modernizadoras, que, entretanto, não deixaram de produzir discursos e posições ambíguas a partir de seu contato com a realidade social em que procurou realizar essas mesmas ações e intervenções como governador. E isso a começar pelos embates que travou com a oposição ao seu governo e que muitas vezes o acusou de violento.

Artur Bernardes morreu e eis que os tentáculos do polvo voltam a envolver o Brasil. Artur Reis grita e protesta, como homem de bem. Mas estoutro Artur pouco é ouvido. Representa um Estado de grande fortuna oculta e ainda impotente. Tem ele fibra de patriota. Mas o muito amor ao futuro de sua terra dá aos patriotas a condição de vítimas. Dentro de poucos tempos, será morto ou cassado. No mínimo, será desmoralizado!

Mas, lá se vai mais outro Artur, o seu exemplo fica, alertando o patriotismo dos brasileiros. O Brasil será dos que lutam pelo seu progresso.

Não conhecemos o sr. Artur Reis. Sabiamo-lo um intelectual, professor e escritor. Mais tarde escutamos que fôra nomeado governador do Amazonas, com o esclarecimento que havia sido tirado das falanges integralistas. Depois, tivemos certeza de que permanecia no cargo, através de notícias de que combatia “ratos” no Amazonas. E uma agência anteontem, nele falou, porque noticiou um zôo, na sua bagagem. Hoje temo-lo com um brasileiro digno! Pode ser um violento, mas ama sua gente, porque defende os brasileiros, defendendo sua Pátria. E o seu nacionalismo é o nosso: de respeito ao estrangeiro e ao seu capital; de intransigência na defesa do que é nosso. (1965)

José Seráfico e Marcelo Seráfico perceberam em *Como governei o Amazonas* como o discurso ambíguo de Artur Reis, bem como suas ações em nível local, estiveram relacionados, de um lado, com sua posição a favor das medidas adotadas pelo Estado nacional para a Amazônia, de outro, com sua crença de que tais medidas ao serem colocadas em prática entrariam em simbiose com os valores tradicionais da sociedade amazônica. Dessa forma, a promoção do que o ex-governador chamou de “recomposição da política federal a ser

executada na Amazônia” deveria se coadunar com profundas mudanças no comportamento da Amazônia. Amazônia entendida em Arthur Reis como representada pelas elites dirigentes e o espírito do povo.

(...) É nesse quadro que se recoloca a “questão regional”, isto é, o problema de como as regiões brasileiras encontram ou vêem inviabilizadas suas possibilidades de participação – social, cultural, política e econômica – no processo de formação da nação; é nesse quadro, portanto, que cabe avaliar o passado, apontar os impasses do presente e descortinar alternativas de futuro. Trata-se, quanto a isso, de desafio semelhante ao enfrentado por Arthur Cezar Reis e Leandro Tocantins, mas que pode se beneficiar de suas experiências para evitar ilusões e ampliar os horizontes de emancipação de grupos e classes sociais historicamente excluídos dos processos decisórios e da participação na apropriação das riquezas nacionais. (SERÁFICO, 2005: 108 e 109).

Dessa forma, para concluirmos, percebemos como a ética do historiador na condução política do Estado do Amazonas, presente em seu discurso apolítico, acabou por incorporar, por um lado, as disposições de sua postura intelectual incorporadora de sua análise sobre os problemas da Amazônia e que sempre negou o problema da luta de classes; de outro, sua crença na intervenção do Estado como forma de impor um planejamento capaz de superar os atrasos econômicos e sociais que tanto o Amazonas como a Amazônia possuíam em relação restante do Brasil. Ética, entretanto, que não deixou de produzir violências políticas, bem como ilusões acerca das possibilidades de um processo de modernização que não levou em conta suas implicações com as classes que poderiam ou não se beneficiar do mesmo.

Referências

A HILÉIA REDESCOBERTA. Correio Brasiliense, Brasília, 18 nov/1983. Disponível em: http://200.208.241.123/prg_012.jsp. Acessado em 23/05/2008.

ARTHUR REIS E A AMAZÔNIA. **O povo**, Fortaleza, 24 mar/1966. Disponível em: http://200.208.241.123/prg_012.jsp. Acessado em 23/05/2008.

BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Mira-Sintra: Publicações Europa-América, LDA, 1997.

DE ARTUR BERNARDES a Artur Reis. **Luta Democrática**. Rio de Janeiro, 14 mai/1965. Disponível em: http://200.208.241.123/prg_012.jsp. Acessado em 23/05/2008.

SERÁFICO, José; SERÁFICO, Marcelo. A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil. In: **Estudos avançados**. São Paulo: USP, v.19, n.54, 2005.

SOBRINHO, Barbosa Lima. O publicista, o Governador e a Amazônia. 25 mai. 1965. Disponível em: http://200.208.241.123/prg_012.jsp. Acessado em 23/05/2008

RODRIGUES DE CASTRO, Everson. As disposições do intelectual e político Arthur Cezar Reis (década de 1960). 2008. 30 f. Relatório final de iniciação científica. **Programa**

Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/UNIR/CNPq. Universidade Federal de Rondônia.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **Como governei o Amazonas.** Manaus: Secretaria de Imprensa e Divulgação do Governo do Amazonas, 1967.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850 – 1920.** São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.